



DOCÊNCIA, GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM ESTUDO NA DELEGACIA DE ATENDIMENTO À MULHER, NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PARÁ

Samai Serique dos Santos¹
Josenilda Maria Maués da Silva²

As disparidades de gênero³ constituem um grande desafio no mundo atual. Diversas políticas sociais estão sendo implementadas com o objetivo de superar as diferentes formas de violência contra a mulher. Os avanços conquistados em várias áreas – economia, saúde, segurança, educação, cultura, assistência social e justiça – ainda não são suficientes diante do descompasso acerca da equidade de gênero. A respeito desse cenário, buscarei focar neste texto questões que tratam sobre docência, relações de gênero e violência doméstica.

Primeiramente, faço uma breve discussão sobre o tema relações de gênero e violência doméstica e, posteriormente, apresento alguns dados iniciais coletados das fichas sociais da Delegacia de Atendimento à Mulher e dos inquéritos policiais.

O interesse pela pesquisa sobre “professoras em situação de violência doméstica”⁴ é o desafio a que me proponho na realização de minha dissertação de mestrado. A escolha desse tema decorre das experiências que vivenciei como pedagoga na área social nos últimos anos no plantão social na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher - DEAM, na atuação na Unidade de Acolhimento Temporário em Santarém- UATS, além das discussões que tenho participado como docente sobre a temática “gênero e violência” nos encontros de gestores educacionais, com grupo de professoras/es, pais e mães nas escolas e em associações comunitárias.

Estes diferentes espaços me possibilitaram a visualização da violência, discriminação e humilhação a que milhares de mulheres estão sujeitas. Cada vez que atendia uma mulher em situação de violência, percebia a urgência e/ou a necessidade da dimensão educativa que a escola pode mediar no que se refere à promoção e a garantia de direitos. Também percebo o quanto as

¹ Acadêmica do Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Docente no Centro Universitário Luterano de Santarém. Pedagoga, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA/Campus Santarém.

² Orientadora. Docente no Programa de Pós- Graduação em Educação pela Universidade Federal do Pará – UFPA.

³ Ver documento na bibliografia Empoderamento das mulheres. Avaliação das disparidades Globais de gênero, 2005.

⁴ Segundo a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), no Art. 5º, Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.



instituições escolares ainda estão alheias a estas questões. Este campo ainda é pouco explorado, principalmente no interior da escola.

Muitos estudos⁵ têm sido realizados, desde 1980, a respeito da violência contra as mulheres. Destaco aqui a pesquisa realizada por Gregori (1993) no SOS-Mulher em São Paulo. No entanto, a ênfase destes estudos centram-se na área da sociologia, saúde, assistência social, jurídica e segurança pública. Na área da educação, em especial, não identifiquei pesquisas que coloquem em evidência a profissão docente. Outro aspecto fundamental está no fato de que a produção científica que trata dessa questão no Estado e, particularmente, no município onde vivo e trabalho não contempla essa categoria em particular como estudo.

Como ponto central da pesquisa, parto das seguintes questões norteadoras: de que forma o marcador social de gênero está presente nas situações de violência doméstica experienciadas por professoras no município de Santarém? Como se estabelecem as relações de poder entre os sujeitos nestas situações?

Relações de gênero e violência doméstica

A partir do século XX o tema gênero tem ocupado cada vez mais espaço de discussão, principalmente porque o movimento feminista e outras organizações sociais nacionais e internacionais⁶ reivindicam sua pauta diante das inúmeras denúncias de violação dos direitos das mulheres. Ressalte-se que na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na China, no ano de 1995, a Plataforma de Ação firmou a noção de direitos das mulheres como direitos humanos.

A desigualdade de gênero⁷ como processo discriminatório e traço cultural marcante da sociedade brasileira tornou-se recorrente nos debates em torno da violência, evidenciado também pela necessidade de formulação de políticas públicas por parte de diferentes setores sociais para o enfrentamento das questões relacionadas ao tema.

⁵ Entre os centros de pesquisas e estudos destaco a UNICAMP, USP, UFRGS, nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu. Entre as pesquisas realizadas no Pará, evidencio o Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Gênero – GEPEM – que iniciou em 1994 e está vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Ciência Política e Psicologia da UFPA.

⁶ Centro de Estudos Feministas e Assessoria - Cfemea, Instituto Patrícia Galvão, Comitê de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer - CLADEM, Organização Internacional do Trabalho - OIT, Organização das Nações Unidas - ONU e Organização dos Estados Americanos - OEA.

⁷ A Sociologia, a antropologia e outras ciências humanas lançaram mão da categoria gênero para demonstrar e sistematizar as desigualdades socioculturais existentes entre homens e mulheres, que repercutem na esfera da vida pública e privada de ambos os sexos, impondo a eles papéis sociais diferenciados que foram construídos historicamente, e criaram pólos de dominação e submissão (Teles & Melo, 2003, p. 16).



Azevedo (1985) destaca que no Brasil a partir da década de 1970 a violência contra a mulher ganha espaço na mídia e nas publicações científicas. Tal fenômeno é reconhecido socialmente a partir das discussões internacionais da luta feminista contra a impunidade dos agressores. Além de que, no Brasil, os crimes de paixão mobilizaram o movimento feminista na luta pelo direito das mulheres, possibilitando assim importantes conquistas.

Scott (1995), historiadora norte-americana, elege o termo gênero como categoria de análise. Segundo essa autora,

O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e gênero é uma primeira forma de dar significado às relações de poder ou ainda gênero é um campo primário no interior do qual ou por meio do qual o poder é articulado (p. 86).

Apesar dos avanços conseguidos pelo movimento feminista e por entidades da sociedade civil que questionam as relações de poder na sociedade moderna propondo várias ações visando alterar o modelo dominante de relações de gênero, tais como a busca da equidade na esfera produtiva (salários iguais, jornada de trabalho, cotas para o exercício de atividade política, entre outros), percebe-se ainda que as relações de gênero continuam marcadas pelo predomínio do masculino em diferentes esferas de poder da sociedade.

A persistência desse modelo, apesar dos avanços mencionados acima, pode estar relacionada a questões culturais e à maneira como as relações de gênero são trabalhadas no interior de instituições que desempenham um papel importante no processo de socialização, como é o caso da escola. A criança ao ingressá-la, traz consigo valores, imagens e símbolos culturais que lhe permite classificar e distinguir as pessoas ao seu redor em gênero, raça/etnia, classe social distintos. Tudo isso influencia na sua maneira de pensar, agir e sentir. Tais concepções presentes na sociedade têm refletido na prática docente de professoras/es nos diferentes níveis de ensino, elas/eles reproduzem e reforçam estereótipos, imagens, valores, símbolos que discriminam os gêneros.

Louro (2007, p. 89) enfatiza que "...a escola é atravessada pelos gêneros; é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão das reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino". Ao se referir sobre o processo de escolarização destaca que a escola delimita espaços, cria marcas, usa símbolos e códigos que impõem sentido, não somente na mente dos indivíduos, mas também em seus corpos. Há neste processo a "fabricação dos sujeitos", resultando em posturas sexistas, etnocêntricas e racistas e que muitas vezes incitam a violência.

A literatura recente⁸, mostra esse fenômeno como fator inibidor da democracia, destacando o papel da educação na desconstrução de conceitos, valores pré-concebidos e de paradigmas

⁸ Pasinato, 2006, Ávila (2002), Carneiro (2002), Schilling (2005).



considerados como naturalmente válidos para a sociedade. Entretanto, verifica-se que tentativas recentes de recondução desse processo são encaminhadas sem lograr muito êxito. São processos lentos, obstaculizados pelas várias faces da violência que rechaçam homens e mulheres e que inibem o processo civilizatório de promoção da vida humana.

As normativas internacionais ratificadas pelo governo brasileiro, através da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW (1979), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará (1994), impulsionaram diferentes políticas e ações voltadas especificamente ao público feminino, tais como: a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM (1985), criação da 1ª Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher Vítimas de Violência – DEAM, em São Paulo – (1985), criação da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (1992), criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR (2003), criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM (2004), implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

A Lei 11.340/06 no capítulo II trata das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher e deixa explícito

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (p. 17-18)

A violência contra a mulher constitui violação dos direitos humanos e está na ordem do dia. A Lei 11.340/06 traz grandes desafios à sociedade brasileira, é um meio de alcance à igualdade real.

Dados Iniciais da Investigação sobre a Violência doméstica em Santarém/Pará



O “Diagnóstico dos Direitos Humanos do Estado do Pará”, elaborado pela Universidade Federal do Pará, no ano 2007, afirma que apesar da “Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948” e do “Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos”, o Estado encontra-se aquém de tais garantias de direitos; prova disso são as constantes denúncias na imprensa local e internacional sobre a violação dos direitos humanos, tais como: o trabalho escravo - o Pará no ano de 2007 foi o Estado que mais recebeu denúncias de trabalho escravo -, violência no campo, violência contra crianças, adolescentes e mulheres, entre outras.

Quanto a violação dos direitos das mulheres destaca-se que “...não são razões de ordem exclusivamente econômicas que explicam a violência contra mulheres...”. (UFPA, 2007, p. 122).

Historicamente a prática da violência contra as mulheres sempre foi tolerada pela sociedade, vista como próprio da natureza humana e que estaria no âmbito privado das relações. As denúncias do movimento feminista, a luta pelos direitos humanos das mulheres constituiu-se em desafios para a sociedade nacional e internacional quer seja na área da saúde, justiça, emprego, educação e política.

Teles (2006) ao se referir sobre os desafios e experiências para implementação dos direitos humanos das mulheres destaca

Na década de 1990, as agendas oficiais nacionais e internacionais ocuparam de maneira intensa as atividades feministas. Trouxeram avanços e aperfeiçoamentos às propostas. Introduziram a ecologia (ECO-92) e o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres (Viena, 93). Na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e População, no Cairo (1994) reconheceram os direitos sexuais e reprodutivos. A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, em 1995, reforçou a necessidade de implementar leis e medidas que garantam o poder para as mulheres, como políticas de cotas, ação afirmativas fundamental para os segmentos discriminados alcançarem o poder. Estabeleceu-se a Plataforma de Ação de Beijing, um compromisso que os Estados assumiram para implementar medidas e políticas públicas que diminuam as desigualdades entre homens e mulheres. (p. 99)

Com o objetivo de evidenciar de que forma o marcador social de gênero está presente nas situações de violência doméstica experienciadas por professoras no município de Santarém e como se estabelecem as relações de poder entre os sujeitos nestas situações, destaco os dados estatísticos do atendimento social e alguns depoimentos que constam nos inquéritos policiais feitos por professoras na Delegacia de Atendimento à Mulher, no município de Santarém/PA.

DADOS ESTATÍSTICOS DO ATENDIMENTO SOCIAL DA DELEGACIA DE ATENDIMENTO À MULHER NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, NO PERÍODO DE 2002 A 2008

| ANO | TOTAL DE ATENDIMENTO | Nº DE PROFESSORAS | % DE PROFESSORAS |
|------|----------------------|-------------------|------------------|
| 2002 | 1.025 | 10 | 0,98 |
| 2003 | 1.006 | 16 | 1,60 |
| 2004 | 1.921 | 03 | 0,16 |
| 2005 | 1.728 | 07 | 0,41 |



| | | | |
|-------|-------|----|-------|
| 2006 | 899 | 16 | 1,08 |
| 2007 | 1001 | 23 | 2,3 |
| 2008 | 479 | 19 | 4,0 |
| Total | 8.059 | 94 | 10,53 |

Fonte: Centro de Referência Especializado da Assistência Social CREAS/BAIXO AMAZONAS/SEDES/PA, 2009.

Após sistematização dos dados acima percebe-se uma oscilação do número de professoras que procuraram o atendimento na Delegacia de Atendimento à Mulher em Santarém nos anos de 2002 a 2005. No entanto, a partir do ano de 2006 houve um crescimento considerável de professoras atendidas. Ressalte-se que foi neste ano que a “Lei Maria da Penha” entrou em vigor, o que pode ter contribuído para o aumento da procura de atendimento na DEAM, pois a imprensa nacional e local trouxe à tona o tema “violência doméstica”. Chama-nos atenção o fato de que no ano de 2007 houve o registro de 1.001 mulheres procurarem a Delegacia, sendo 23 professoras. No ano seguinte, houve uma procura de 479 mulheres e destas 19 são professoras.

MAPA PARCIAL DOS DEPOIMENTOS NOS INQUÉRITOS POLICIAIS – DELEGACIA DA MULHER EM SANTARÉM – PERÍODO 2007 e 2008

| Profa ⁹ | Idade | Raça | Estado Civil | Escolaridade | Relato nos Inquéritos/Perícia |
|--------------------|---------|-------|---------------|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Profa. Sônia | 61 | Parda | Divorciada | Ensino médio | “XXXXX desferiu um violento tapa no rosto da declarante”. |
| Profa. Mary | 40 | Parda | União estável | Ensino Superior | “Se eu for preso quando eu sair venho matar vocês aqui”. (fala do agressor) |
| Profa. Maria | 39 anos | Parda | União estável | Ensino Superior | Chamou-a de “prostituta, puta, fuleira, etc”. As agressões verbais já ocorreram em várias ocasiões inclusive no trabalho da vítima” (escola); Há relato de testemunha de que o agressor tentou enforcá-la com as mãos. |
| Profa. Débora | 40 anos | Parda | Casada | Ensino Superior Incompleto | “A declarante afirma que já é a segunda vez que o indiciado ameaça a relatora e filho, mas ela não o denunciou antes, devido o mesmo ter pedido desculpas...toda vez que ingere bebida alcoólica, o indiciado tem este tipo de comportamento: não dorme, faz barulhos, joga as louças...” “Que no dia do fato chegou gritando “vem cá filha da puta, se tu não for embora eu vou matar tu e o teu filho gay...que esse menino não vai prestar pra nada.” “Que, xxxx havia corrido atrás dela com um terçado dizendo que iria matá-la”; “Que, no final do mês de outubro a vítima confessou para declarante que perdeu duas vezes os fetos, por agressão física por parte de xxxx.” No dia 05/12/2007 a vítima compareceu a delegacia da mulher declarando que não pretende mais prosseguir com o processo de ameaça. ”A declarante informa que está vivendo em harmonia com o acusado.....” |

⁹ Os nomes adotados são fictícios.



| | | | | | |
|---------------|---------|-------|---------------|-----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Profa. Susana | 39 anos | Parda | Não informado | Não Informado | “xxxxxx estava afiando uma faca de cabo preto e disse que iria matar xxxxxxxx, depois mataria a filha e em seguida se mataria” |
| Profa. Joana | 32 anos | Parda | viuva | Ensino Médio | “Se tu me denunciar eu posso até voltar pro presídio, mas tu e teus irmãos vão todos morrer, só vai sobrar ter (sic) pai e tua mãe” <i>Perícia: Lesão Corporal (queimadura de 2º grau na região nasal à esquerda. Hemmatoma de 08cmX06cm na região bucinadora esquerda sob equimose violácea irregular)</i> |
| Profa. Samara | 36 anos | Parda | solteira | Ensino Médio | O aparelho celular da vítima foi periciado, o qual estão descritas as seguintes mensagens: <i>Se passa de coitada, mas todo mundo sabe q tu não vale nada. Uue, aí safada, puta, fulera. Ucuidado, vou, estar, em todos, os, lugares, principalmente, ai, perto, Hoje, a, noite, vou, estar, bem perto, de, ti, Eu, te, odeio. Eu, e, que não tenho medo de nada. Agora, vc, tem, de ficar, de olho, aberto. Me, liga, a vida, - e – correr, risco, bandida. Tu, vai marcar, sou, paciente. Rgostou, o, que, eu, quero,? Arrbentarcontigo. Sai, ai, na frente. Me ,liga, de, orelhão, agora. Não tenho medo da morte, talvez eu tenha credito com Deus, por isso vou fazer tudo hoje pra acabar com essa historia. O ódio tomou conta do meu coração. Eu não quero isso. Eu só penso em te fazer mal. Mas ao mesmo tempo. Eu não quero. Toma cuidado, ate, porque eu to de carro. Puta sempre puta, fica vou acabar com tua raça pilantra, e hoje, filha da puta. se eu me invocar, vou ai e acabo com atua festa. Já acabou a patifaria, agora o velório Cade a puta. Vai, te, fuder Sai da toca,puta. Vou te pegar Essa vc me paga, não tem perdão.</i> |
| Profa. Edna | 25 anos | Parda | casada | Ensino Superior | “seu esposo xxxxxx cuspiu em seu rosto e começou a batê-la, puxando seu cabelo e batendo sua cabeça na parede, e ainda tentou introduzir um objeto em sua nádegas por cima da roupa, a lesionando em suas partes íntimas” <i>A vítima que já vem sofrendo agressões físicas e psicológicas do marido desde o terceiro dia após o casamento”</i> “ela era uma safada, débil mental, idiota, que andava na putaria, ...” “o marido enrolava o cabelo da mesma nas mãos e forçava a cabeça para baixo em direção ao chão” “ele tentou colocar um vidro de perfume na boca dela” “seu marido espancou-lhe com socos, tapas, puxões de cabelo e chutes; Que, ele bateu muito na cabeça...ele puxou tanto o cabelo ...que arrancou uma certa porção”. |
| Profa. Rita | 46 anos | Parda | Divorciada | Ensino Superior | <i>Perícia: “equimose vermelha irregular em região infra escapular direita; equimose arroxeadas irregulares em região do terço superior e médio do braço esquerdo; equimose arroxeadas irregulares sobre edema traumático moderado na falange média e distal do 3º quirodáctilo esquerdo; escoriação tipo arrasto em Joelho e pé”</i> |



Fonte: Inquéritos Policiais – Delegacia de Atendimento à mulher – DEAM/Santarém.

Os dados acima revelam o quanto é preocupante a violência doméstica, e o que isso pode significar a uma profissional que desempenha um significativo papel na sociedade, que é de educar e contribuir na formação da cidadania. Como se sente uma professora, que após uma noite de terror em casa, no dia seguinte precisa cumprir as suas atividades laborais?

Destaco que das 42 professoras que foram atendidas pelo setor social da DEAM, nos anos de 2007 e 2008, cataloguei somente 9 procedimentos que resultaram em inquérito policial. Evidencio que a análise dos dados está incompleta considerando a totalidade dos casos atendidos e que faltam ser catalogados.

Os relatos contidos nos inquéritos policiais das professoras que procuraram a delegacia confirmam que a violência doméstica não tem classe social, profissão, idade. Dos 9 casos apresentados na tabela acima, registrados nos anos de 2007 e 2008, indicam que a idade das professoras compreendem de 25 a 61 anos, todas estão registradas como pardas, quanto a formação três tem ensino médio, quatro tem ensino superior completo, uma superior incompleto e uma consta como não informado.

Dos relatos das vítimas que constam nos inquéritos, chama-nos atenção a forma depreciativa que tratam suas companheiras

Chamou-a de “prostituta, puta, fuleira, etc”. (Relato da profa. Maria)

“vem cá filha da puta, se tu não for embora eu vou matar tu e o teu filho gay. (Relato da profa. Débora).

Uue, aí safada, puta, fulera. (O aparelho celular da vítima foi periciado, o qual está descrita a mensagem).

Ouro aspecto é quanto às ameaças de morte,

Se eu for preso quando eu sair venho matar vocês aqui”. (Relato da profa. Sônia).

Que, xxxx havia corrido atrás dela com um terçado dizendo que iria matá-la”; (Relato da profa. Débora).

“xxxxxx estava afiando uma faca de cabo preto e disse que iria matar xxxxxxxxx, depois mataria a filha e em seguida se mataria”. (Relato da profa. Susana).

“Se tu me denunciar eu posso até voltar pro presídio, mas tu e teus irmãos vão todos morrer, só vai sobrar ter (sic) pai e tua mãe”. (Relato da profa. Joana).

Conrado (2005, p. 113) na sua tese de doutorado que trata sobre a violência doméstica afirma

A dor ou o sofrimento interferem diretamente na maneira como as mulheres em situação de violência vivem e se relacionam ao influenciar diretamente, sua constituição como sujeitos sociais, pois todo tipo de violência a que são submetidas em um contexto violento passa a ser condicionante de sua existência social.

A humilhação, a dor, projetos de vida despedaçados, questões estas que afetam diretamente o trabalho e a vida de diferentes mulheres. Neste sentido, para que o presente trabalho alcance os objetivos propostos - evidenciar de que forma o marcador social de gênero está presente nas



situações de violência doméstica experienciadas por professoras no município de Santarém? E como se estabelecem as relações de poder entre os sujeitos nestas situações? Realizaremos entrevistas com três professoras, sendo que um dos critérios para selecioná-las será que as mesmas já tivessem concluído o ensino superior na época em que registraram a ocorrência na DEAM e que os seus inquéritos encontram-se na Vara da Violência Doméstica.

Um aspecto que considero relevante na análise dos dados e na entrevista é que as vítimas¹⁰ exercem uma profissão – professora - e conseqüentemente têm salário, o que teoricamente indicaria a não dependência financeira do agressor¹¹. No entanto, mesmo diante desse fato continua a sofrer a violência doméstica. O que se evidencia que existem outros aspectos a serem considerados que fazem com que uma mulher permaneça numa situação violenta.

Considerações Finais

Ao realizar a pesquisa bibliográfica, percebi a lacuna que existe quando se discute violência doméstica. São poucos os trabalhos que fazem o recorte acerca da profissão da mulher que está em situação de violência doméstica. Encontrei somente três, mas as profissionais eram da área da saúde. As pesquisas tratam a “mulher”, no termo genérico, o que me possibilita discutir na minha dissertação um recorte que se apresenta como inédito, pois não encontrei nenhuma referência à “violência doméstica e profissão docente”. Dessa forma, o tema tem sua relevância e demonstra a necessidade da discussão sobre a temática na área da educação.

Não podemos relegar essa discussão somente às outras áreas do conhecimento. As questões educacionais, culturais, políticas, sociais que entrelaçam as relações de gênero são trabalhadas no interior de instituições que desempenham um papel importante no processo de socialização, como é o caso da escola. As concepções de gênero presentes na sociedade têm refletido na prática docente de professoras/es nos diferentes níveis de ensino, elas/eles reproduzem e reforçam estereótipos, imagens, valores, símbolos que discriminam o gênero.

A perspectiva adotada por Pasinato (2006) trabalha a concepção de gênero como uma construção social, histórica e relacional, permeadas por marcadores sociais como classe, gênero, raça/etnia. E nesta perspectiva, homens e mulheres, precisam estar atentos as relações de poder, as/os quais todas/os estão envolvidas/os. Tais relações não são estáticas, polarizadas. Desta forma, é possível compreender o papel feminino nas relações violentas, quer seja na reprodução ou

¹⁰ Nome utilizado nas ocorrências policiais referindo-se à mulher.

¹¹ Nome utilizado nas ocorrências policiais referindo-se ao homem.



enfrentamento. O fato de uma professora procurar a DEAM, registrar a ocorrência, já evidencia de alguma forma a resistência à opressão. Até porque também está em jogo a imagem socialmente construída da professora e a auto-imagem que ela própria construiu de si mesma.

Destaco aqui a rejeição à abordagem meramente vitimizante à mulher em situação de violência doméstica, imobilizando-a de qualquer ação. Penso que o presente trabalho possa trazer novas discussões sobre a situação da mulher na sociedade contemporânea, em especial da professora, além de evidenciar as conquistas realizadas a partir de um novo contexto sócio-político em que esta atualmente se encontra.

Foi a partir dessas vivências e reflexões acerca desta realidade, da inquietude diante da opressão que vivenciei no atendimento às mulheres, da necessidade de produzir conhecimento que me dê condições de intervir e não apenas interpretar e diagnosticar a mesma, é que estou buscando através da pesquisa, pois esta me possibilitará novas ferramentas teóricas, que refinarão minha atuação através da reflexão crítica sobre o fenômeno estudado, buscando dessa forma a promoção da cidadania feminina.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985.
- ÁVILA, M. B. Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres. In: BRUSHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- BRASIL. Lei nº. 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei que coíbe a violência doméstica e familiar contra a Mulher. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.
- CARNEIRO, S. Gênero e raça. In: BRUSHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CONRADO, Mônica. A fala dos envolvidos sob a ótica da lei: um balanço da violência a partir de vítimas e indiciados em uma Delegacia de Mulheres In Bol. Mus. Para Emílio Goeldi. *Série Ciências Humanas*. Belém, v 1, n. 2, p. 67-117, maio – ago 2005.
- CORRÊA, Sônia. Violência e os direitos humanos das mulheres. A ruptura dos anos 90. 2001. Disponível em: < www.ibam.org.br/viomulher/inforel2.htm.> Acesso em: 29 jan. 2008.
- GREGORI, Maria Filomena. Cenas e Queixas. *Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- LOPEZ-CLARO, Augusto & ZAHIDI, Saadia. Empoderamento das mulheres. Avaliação das disparidades Globais de gênero In Fórum econômico mundial, 2005. Disponível em: < http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/cidadania/FEM%20-%20avaliacao%20das%20disparidades%20de%20genero.pdf.> Acesso em: 10 dez, 2009.



LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PARÁ, Centro de Referência Especializado da Assistência Social CREAS/BAIXO AMAZONAS/SEDES. Dados estatísticos do atendimento social da Delegacia de Atendimento à Mulher, no município de Santarém, no período de 2002 a 2008.

_____, Delegacia da Mulher em Santarém -DEAM/SEGUP. Inquéritos Policiais — Período 2002 a 2008.

PASINATO, Wânia. Questões atuais sobre gênero, mulheres e violência doméstica In Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social - Vol. 14, n.15 (2006) - Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Disponível em:< http://www.ess.ufrj.br/download/revistapv_14_15.pdf.> Acesso em: 09 de jan de 2010.

SCOTT, JOAN. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, n 20, v 2, p. 71-100, jul./dez. 1995.

SCHILLING. Flávia (org.). *Direitos humanos: outras palavras, outras práticas*. São paulo: Cortez, 2005.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____. *O que são direitos humanos das mulheres*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Diagnóstico dos direitos humanos do Estado do Pará, Belém, 2007. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_ufpa_diagnostico_dh_pa.pdf >. Acesso em: 10 out. 2008.